

O Crescimento Econômico no Ceará Foi A Favor dos Mais Pobres? Evidências Comparativas com o Nordeste e o Brasil a Partir do Desempenho do Mercado de Trabalho nas Zonas Urbanas, Metropolitanas e Rurais.

Autores

**CARLOS ALBERTO MANSO
FLÁVIO ATALIBA BARRETO
JOÃO MÁRIO DE FRANÇA**

Ensaio Sobre Pobreza N° 17

Outubro de 2008



O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CEARÁ FOI A FAVOR DOS MAIS POBRES? EVIDÊNCIAS COMPARATIVAS COM O NORDESTE E O BRASIL A PARTIR DO DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO NAS ZONAS URBANAS, METROPOLITANAS E RURAIS.

**CARLOS ALBERTO MANSO
FLÁVIO ATALIBA BARRETO
JOÃO MÁRIO S. DE FRANÇA**

RESUMO

Esse artigo procura investigar se o crescimento econômico verificado no Ceará após os anos que se seguiram à implantação do Plano Real tem sido a favor dos mais pobres. Tal análise é desenvolvida a partir do desempenho do mercado de trabalho tendo como base a renda dos trabalhadores extraídos da PNAD/IBGE. Ademais, procura-se decompor tais rendimentos tendo como foco principal, as diversas características que espelham o funcionamento do mercado de trabalho como taxa de emprego, o número de horas trabalhadas por pessoa empregada, taxa de participação da força de trabalho, produtividade (decomposta em escolaridade, retorno por ano de estudo e redistribuição deste retorno entre as famílias). Tais evidências são levantadas para as zonas rural, urbana e metropolitana do Estado, onde se compara esses movimentos com os obtidos no Nordeste e no Brasil. Utiliza-se num primeiro momento a metodologia desenvolvida por Kakwani, Khandker e Son (2004) para se mensurar a magnitude do crescimento a favor dos mais pobres nos diversos segmentos espaciais. Em seguida, baseia-se em Kakwani, Neri e Son (2006) para se construir a medida de bem-estar social para os diversos componentes.

Palavras-chave: Desigualdade; Crescimento Pró-Pobre; Pobreza; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The article makes two contributions for the empiric literature about the economy of the state of Ceará. The first refers to the analysis of the relationship between the economical growth and the behavior of the distribution of income. Following Kakwani, Khandker and Son (2004) we then obtain the Poverty Equivalent Growth Rate (PEGR), a measured of the pro-poor growth. The second is, using methodology of Kakwani, Neri and Son (2006), the quantification of the social welfare generated from the labor income and the corresponding decomposition in tax of job, number of hours worked for person, tax of participation of the labor force and productivity - the decomposition of the productivity in scholarship, return per year of study and redistribution of this return among the families. Using data of PNAD/IBGE, this study concentrates on the period after Real plan of stabilization and contemplates evaluation for geographic area. This way, is determined the acting of the economical growth and of the job market in Ceará metropolitan, urban and rural and it is made comparative analysis with similar geographic area of the remaining of Brazil and of the Region Northeast.

Key- Words: Inequality; Growth Pro-Poor; Labor Market.

1. INTRODUÇÃO

Nos anos recentes tem tido grande ênfase na literatura sobre desenvolvimento econômico a idéia do que se convencionou chamar de “crescimento pró-pobre”¹. Apesar de não se ter uma definição completa desse conceito, há um natural questionamento se é possível identificar algum padrão de crescimento econômico de modo que os pobres de uma sociedade sejam proporcionalmente mais que beneficiados quando comparados aos indivíduos de outras classes.

Os estudos empíricos nessa direção têm apresentados resultados diversos, o que dificulta uma análise mais precisa a respeito de um padrão de ações (Bourguignon, 2003). No centro dessa discussão, é relevante um bom entendimento das relações econômicas existentes entre renda, pobreza e desigualdade. Como lembrado por Lopez, H. e L. Serven (2004), a interação entre essas três variáveis daria as condições necessárias para se diagnosticar, especialmente em economias em desenvolvimento, em que magnitude o aumento da renda ou a redução da desigualdade impactariam na redução da pobreza.

Após o Plano Real, o Brasil iniciou uma trajetória importante no que se refere à redução dos seus níveis de pobreza e de desigualdade, especialmente devido ao fim do imposto inflacionário, da expansão de programas sociais e da melhoria no funcionamento no mercado de trabalho (Barros *et al.*, 2007).

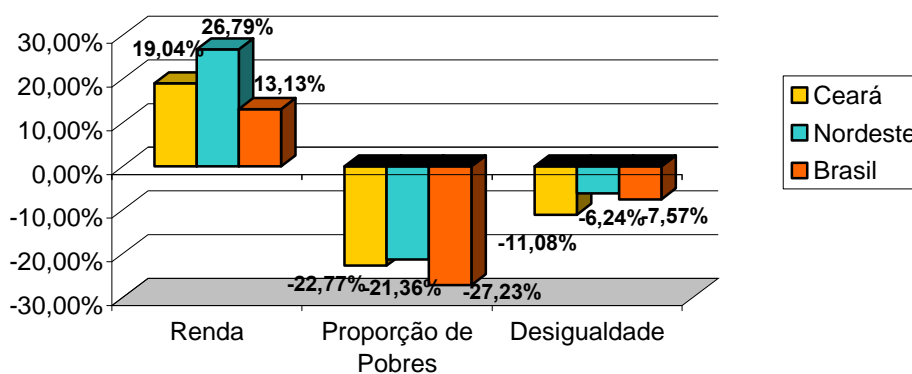
É bem verdade que a distribuição espacial da pobreza e suas reduções podem estar influenciadas por diversos fatores que ao mesmo tempo interagem entre si: alguns estados podem direcionar mais fortemente as políticas, por exemplo, para as zonas rurais, onde há maior contingente de pobres, enquanto outros por terem níveis baixos de desigualdade preocupam-se em desenhar programas com maior foco na expansão da renda. Outras localidades, utilizando-se de programas sociais mais intensos, canalizam seus esforços nas ações que produzam impactos mais diretos sobre os mais necessitados. Por fim, a própria ação do governo federal, de forma diferenciada, em determinadas regiões, pode contribuir para um padrão distinto de crescimento da renda e de redução da pobreza.

O estado do Ceará, sendo um dos estados mais pobres da federação, está sujeito também a todas essas complexidades e torna-se oportuno verificar a redução de sua pobreza diante do cenário macroeconômico nacional após o Plano Real, tanto em períodos de expansão quanto de contração da renda, bem como na dinâmica dos índices de desigualdade.

¹ Para uma importante revisão desse conceito e suas aplicações ver Lopez, H. (2004).

A FIGURA 1, por exemplo, apresenta informações relativas à evolução da renda familiar *per capita*, da proporção de pobres e da desigualdade de renda para o Ceará, Nordeste e Brasil entre 1995 e 2007. Pode-se verificar que a renda do Estado teve um crescimento de 19,04% em todo o período, superior a taxa nacional que foi de 13,13%, porém, inferior ao desempenho nordestino de 26,79%. Por outro lado, em termos da evolução da pobreza, se utilizarmos o conceito *proporção de pobres*, indicado pela fração da população com renda familiar *per capita* mensal inferior a ½ salário mínimo em 2007, (R\$ 190,00), observa-se que no Ceará, esse índice teve uma redução de 22,77%, sendo maior que a redução encontrada no Nordeste (21,4%), mas inferior à variação nacional (-27,2%).

Figura 1: Variações Percentuais na Renda, na Proporção de Pobres e na Desigualdade - 1995 a 2007



Já a desigualdade, medida pelo índice de Gini, teve no Ceará a maior queda (-11,08%), sendo superior às reduções verificadas no Nordeste (-6,24%) e no Brasil (-7,57%). É interessante observar por esses números que o padrão de redução da pobreza ocorre de forma distinta ao movimento da renda, uma vez que o Ceará tendo uma expansão de renda maior que o Brasil e menor que o do Nordeste, reduz a fração de indivíduos pobres mais que a sua região, porém menos que o país.

Esses resultados muitas vezes são influenciados pelo comportamento da desigualdade. Dessa forma, é fundamental na análise do padrão de crescimento, o desempenho dos efeitos distributivos da renda, uma vez que o crescimento econômico tem seu efeito potencializado sobre a redução da pobreza se vier acompanhado pela redução da desigualdade. Nesse aspecto, o comportamento do mercado de trabalho é um dos principais focos a serem examinados, haja vista a sua grande importância na determinação da desigualdade de renda. Diversos estudos apontam, por exemplo, que por volta de 75% da redução recente da desigualdade no Brasil são devidos às mudanças na distribuição de rendimentos do trabalho. (Hoffmann, 2005, 2006a, Soares, 2006 e Medeiros *et al.* 2006).

Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de analisar o desempenho do Ceará comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, de 1995 a 2007, e nos sub-períodos 1995-2002 e 2002-2007, tomando como referência se o crescimento foi “pró-pobre” e em que magnitude ele se traduziu em ganhos de bem-estar. A análise também é feita levando-se em conta a dinâmica e a distribuição espacial da renda entre as regiões metropolitanas, urbanas e rurais, como identificado por Mossi *et al.*(2003).

A organização desse artigo é feita da seguinte forma: na seção seguinte apresenta-se uma definição de crescimento “pró-pobre”, aplicando-se a metodologia para a renda familiar *per capita* do trabalho. Na seção 3, decompõem-se as fontes de renda do trabalho de modo a identificar, para cada localidade, qual o principal elemento de mercado nessa renda. Uma metodologia para quantificação do bem-estar é apresentada na seção 4. A seção 5, por sua vez, é dedicada às considerações finais.

2. CRESCIMENTO PRÓ-POBRE DA RENDA DO TRABALHO *PER CAPITA*

Seja x uma variável aleatória com função de distribuição $F(x)$, representando a renda familiar do trabalho *per capita*. Considere z o valor de uma linha de pobreza. Assim, se a renda x for menor que a linha de pobreza z , o indivíduo é considerado pobre. Dessa forma, o grau de privação das pessoas pobres pode ser expresso como:

$$\theta = \int_0^z P(x)f(x)dx \quad (1)$$

onde $f(x)$ é a função densidade de x e $P(x)$ um índice de pobreza. Para determinarmos o grau de privação, portanto, é preciso definir a medida de pobreza $P(x)$. O índice de pobreza de Watts possui todas as qualidades desejáveis em uma medida de pobreza, sendo sensível às mudanças na distribuição de renda dos pobres, o que o faz capturar efeitos como a severidade da pobreza. Por essa razão, adota-se este índice cuja forma funcional é dada por:

$$W = P(x) = \int_0^z (Ln(z) - Ln(x))f(x)dx \quad (2)$$

Para uma correta descrição do padrão de crescimento - fundamental na formulação de políticas públicas de combate à pobreza - é necessário fazê-la em termos das (i) taxas de crescimento da renda média e (ii) das mudanças na desigualdade ao longo do tempo. Para

determinarmos estes dois efeitos, seguimos a metodologia presente em Kakwani, Khandker e Son (2004). Assim, diferenciando (1) teremos:

$$\frac{d\theta}{\theta} = \frac{1}{\theta} \int_0^z \frac{\partial P}{\partial x} d(x) f(x) dx \quad (3)$$

Supondo que $x(p)$ é o nível de renda da população no percentil p e $H=F(z)$ a proporção de indivíduos abaixo da linha de pobreza, a equação (3) por ser reescrita como:

$$dLn(\theta) = \frac{1}{\theta} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p) g(p) dp \quad (4)$$

onde $g(p) = dLn(x(p))$ é a taxa de crescimento da renda das pessoas no percentil p . Supondo $L(p)$ a função de Lorenz, seguindo Kakwani (1980), tem-se:

$$x(p) = \mu L'(p) \quad (5)$$

onde μ é a renda média e $L'(p)$ a primeira derivada da função de Lorenz. Aplicando logaritmos em (5) e diferenciando em seguida, teremos:

$$dLn(x(p)) = dLn(\mu) + dLn(L'(p)) \Rightarrow g(p) = \gamma + dLn(L'(p)) \quad (6)$$

onde $\gamma = dLn(\mu)$ é a taxa de crescimento da renda média. Substituindo-se (6) em (4), temos:

$$dLn(\theta) = \gamma \eta + \frac{1}{\theta} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p) dLn(L'(p)) dp \quad (7)$$

onde $\eta = \frac{1}{\theta} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p) dp$ é a elasticidade crescimento-pobreza. Dividindo-se a equação (7)

por $\gamma = dLn(\mu)$, temos:

$$\delta = \eta + \zeta \quad (8)$$

onde $\delta = dLn(\theta)/\gamma$ é a elasticidade-pobreza e ζ mede os efeitos da desigualdade na redução da pobreza.

$$\zeta = \frac{1}{\theta\gamma} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p) dLn(L'(p)) dp \quad (9)$$

Dessa forma, a equação (8) mostra o valor total da elasticidade-pobreza sendo influenciado por dois componentes: o primeiro refletindo a redução percentual da pobreza devida ao aumento da renda média, enquanto que o segundo termo capturando os efeitos da desigualdade sobre a pobreza quando do crescimento econômico. O crescimento “pró-pobre” está associado à magnitude desses componentes. Para tanto, Kakwani *et al* (2004), introduzem o conceito de *taxa de crescimento do equivalente pobreza* (PEGR - *Poverty Equivalent Growth Rate*). Sendo $\gamma = dLn(\mu)$ a taxa de crescimento da renda média, a PEGR γ^* seria a taxa de crescimento que resultaria num mesmo nível de redução da pobreza de γ , se o processo de crescimento econômico não tivesse sido acompanhado de mudanças na desigualdade. Assim, podemos escrever:

$$\gamma^* = (\delta / \eta)\gamma \quad (10)$$

Esta equação (10) implica os seguintes tipos de crescimento econômico:

- 1) **Pro-Poor**: ocorre quando $\gamma^* > \gamma > 0$. Em um cenário de expansão da renda, os pobres se beneficiam proporcionalmente mais, havendo, portanto, redução da desigualdade.
- 2) **Tricke-Down**: ocorre quando $0 < \gamma^* < \gamma$. Este processo caracteriza-se pelo aumento da desigualdade), mesmo com expansão da renda média e de redução na pobreza.
- 3) **Immiserizing** (Bhagwati, 1988): ocorre quando $\gamma > 0$ e $\gamma^* < 0$. Mesmo com expansão da renda média, verificam-se aumentos na pobreza e na desigualdade.
- 4) **Recession Strongly Pro-Poor** : ocorre quando $\gamma < 0$ e $\gamma^* > 0$. Significa recessão na economia (redução da renda média) e também reduções na pobreza e na desigualdade.
- 5) **Recession Pro-Poor**: ocorre quando $\gamma < \gamma^* < 0$. Cenário de recessão econômica e aumento na pobreza, porém, os efeitos negativos são menores nos pobres.
- 6) **Recession Anti-Poor**: ocorre quando $\gamma^* < \gamma < 0$. Cenário de recessão econômica e aumentos na pobreza num padrão em que os pobres se beneficiam proporcionalmente menos.

Supondo que as distribuições de renda dos anos iniciais e finais de cada período analisado tenham, respectivamente, rendas médias μ_1 e μ_2 e curvas de Lorenz $L_1(p)$ e $L_2(p)$, os procedimentos empíricos para obtenção da PEGR neste trabalho, via utilização dos microdados (inclusive as ponderações) da PNAD, são os seguintes:

- 1) Determinação do grau de privação $\theta = \int_0^z P(x)f(x)dx$. Para tanto, utiliza-se a linha de pobreza z como sendo igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo vigente em setembro de 2007 (realização da mais recente PNAD). Este valor, em reais da época, é de R\$ 190,00. Tanto a linha de pobreza quanto a renda x do trabalho *per capita* são deflacionadas para setembro de 2007, pelo INPC.
- 2) Cálculo da taxa de crescimento da renda média. $\gamma = Ln(\mu_2) - Ln(\mu_1)$.
- 3) Através dos valores reais do índice de Watts nos anos iniciais e finais do período, $\theta(z, \mu_1, L_1(p))$ e $\theta(z, \mu_2, L_2(p))$, e de valores contra-factuais deste indicador, $\theta(z, \mu_2, L_1(p))$ e $\theta(z, \mu_1, L_2(p))$, obtidos com renda média de um ano e curva de Lorenz de outro, calculam-se as estimativas para:

$$\eta = \frac{1}{2} [\ln(\theta(z, \mu_2, L_1(p))) - \ln(\theta(z, \mu_1, L_1(p))) + \ln(\theta(z, \mu_2, L_2(p))) - \ln(\theta(z, \mu_1, L_2(p)))] \gamma \quad e$$

$$\zeta = \frac{1}{2} [\ln(\theta(z, \mu_1, L_2(p))) - \ln(\theta(z, \mu_1, L_1(p))) + \ln(\theta(z, \mu_2, L_2(p))) - \ln(\theta(z, \mu_1, L_1(p)))] / \gamma$$

- 4) Calcula-se o valor total da elasticidade-pobreza (δ) pela soma entre as variáveis η e ζ .

Seguindo a classificação do estilo de crescimento especificado acima, procuramos identificar o perfil do crescimento do Ceará comparativamente ao Nordeste e Brasil. Os resultados estão na TABELA 1, que foram calculados a partir da equação (10). De uma geral, tomando como referência inicialmente todo o período, constata-se que a expansão da renda beneficiou mais que proporcional os pobres no Ceará e Brasil, já que no Nordeste o crescimento foi *tricke-down*, isto é, houve crescimento econômico com redução da pobreza, mas houve também aumento da desigualdade. No caso específico do Ceará, esse resultado foi influenciado em grande parte pela expansão da renda do trabalho na área rural. Examinando os menores períodos verifica-se que para 2002-2007, o crescimento foi predominantemente *pró-pobre* tanto no Ceará como na região e no país. Já nas áreas rurais dessas localidades, o desempenho é predominantemente do tipo *tricke-down*.

Há de se constatar, no entanto, que apesar de nas áreas rurais o crescimento da renda do trabalho ter sido direcionado proporcionalmente mais para os não-pobres, as magnitudes das taxas verificadas acabou contribuindo para um desempenho médio *pró-pobre*. Por fim, verificando o primeiro período que foi eminentemente recessivo, constatou-se que as taxas de decréscimo da renda do trabalho atingiram de forma menos intensa as pessoas pobres. Vale destacar ainda que na área rural do Ceará, a despeito do aumento da renda do trabalho nessa localidade, verificam-se aumentos da pobreza e da desigualdade.

Tabela: Taxas Anuais de Crescimento (Renda Trabalho *per capita*) Equivalente Pobreza (Índice de Watts)

Unidades	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	Y	Y*	Crescimento	Y	Y*	Crescimento	Y	Y*	Crescimento
Ceará	-0,52%	-0,19%	Recession Pro-Poor	3,05%	3,23%	Pro-Poor	0,97%	1,23%	Pro-Poor
Metropolitano	-1,27%	-1,08%	Recession Pro-Poor	1,17%	3,30%	Pro-Poor	-0,25%	0,74%	Recession Strongly Pro-Poor
Urbano	-3,07%	-2,08%	Recession Pro-Poor	4,20%	0,83%	Tricke-Down	-0,04%	-0,91%	Recession Anti-Poor
Rural	0,58%	-1,87%	Immiserizing	4,91%	3,31%	Tricke-Down	2,38%	0,25%	Tricke-Down
Nordeste	0,23%	-0,01%	Immiserizing	4,33%	4,71%	Pro-Poor	1,94%	1,93%	Tricke-Down
Metropolitano	0,15%	-0,84%	Immiserizing	1,28%	4,16%	Pro-Poor	0,62%	1,19%	Pro-Poor
Urbano	-0,45%	-0,88%	Recession Anti-Poor	4,45%	4,27%	Tricke-Down	1,59%	1,22%	Tricke-Down
Rural	-2,04%	-0,83%	Recession Pro-Poor	6,03%	3,53%	Tricke-Down	1,32%	0,99%	Tricke-Down
Brasil	-0,33%	0,34%	Recession Strongly Pro-Poor	2,67%	4,65%	Pro-Poor	0,92%	2,14%	Pro-Poor
Metropolitano	-1,12%	-1,94%	Recession Anti-Poor	1,73%	3,66%	Pro-Poor	0,07%	0,39%	Pro-Poor
Urbano	-0,57%	-0,47%	Recession Pro-Poor	2,98%	4,63%	Pro-Poor	0,91%	1,63%	Pro-Poor
Rural	-0,76%	-0,42%	Recession Pro-Poor	6,17%	5,24%	Tricke-Down	2,13%	1,93%	Tricke-Down

Notas: elaborado pelos autores a partir de microdados da PNAD/IBGE

Sobre as colunas: Y é a taxa anual de crescimento da renda do trabalho *per capita*

Y* é a taxa anual de crescimento equivalente pobreza para o índice de Watts

3. AS DECOMPOSIÇÕES DA RENDA DO TRABALHO *PER CAPITA* E DA PRODUTIVIDADE

Esta seção segue Kakwani, Neri e Son (2006). A partir da PNAD, podemos calcular, para cada família, as seguintes variáveis bases: (i) número de pessoas empregadas *per capita* (e); (ii) número de trabalhadores (ocupados ou não) *per capita* (t), (iii) número de horas trabalhadas *per capita* (h) e (iv) renda real de todos os trabalhos *per capita* (y_i). Estas variáveis bases permitem determinar as seguintes características relacionadas ao mercado de trabalho: (i) Taxa de Emprego (e_r): razão entre o número de pessoas empregadas (e) e o número de trabalhadores (t) (ii) Horas Trabalhadas por Pessoa Empregada (h_e): razão entre o número de horas trabalhadas (h) e o número de pessoas empregadas (e), (iii) Produtividade (ξ): razão entre a renda de todos os trabalhos (y_L) e o número c¹⁵ trabalhadas (h) e (iv) Taxa de Participação da Força de Trabalho (ℓ): razão entre o número de trabalhadores (ocupados ou não) (t) e o número de habitantes (pop).

É possível ainda estabelecer a seguinte relação entre estas características e a renda proveniente de todos os trabalhos (y_L):

$$e_r \times h_e \times \xi \times \ell = \frac{e}{t} \times \frac{h}{e} \times \frac{y_l}{h} \times \frac{t}{pop} = \frac{y_L}{pop} \quad (11)$$

Assim, sendo y_l a renda do trabalho *per capita*, tem-se:

$$y_l = e_r \times h_e \times \xi \times \ell \quad (12)$$

Como todas as variáveis são positivas, podemos aplicar logaritmos em (12) e obter:

$$\log(y_l) = \log(e_r) + \log(h_e) + \log(\xi) + \log(\ell) \quad (13)$$

Tomando a equação (13) em primeiras diferenças, obtém-se a taxa de crescimento da renda do trabalho *per capita* em seus componentes:

$$\gamma(y_l) = \gamma(e_r) + \gamma(h_e) + \gamma(\xi) + \gamma(\ell) \quad (14)$$

É possível ainda decompor o termo da produtividade, $\gamma(\xi)$, de um trabalhador, em escolaridade, retorno médio por ano de estudo e a redistribuição entre as pessoas de todo retorno devido à educação. Assim, a produtividade da j -ésima família pode ser escrita como:

$$\xi^j = \frac{y_l^j}{h^j} \quad (15)$$

onde: y_l^j representa a renda real do trabalho *per capita* e h^j é o número de horas per capita trabalhadas pelos integrantes desta família j . Supondo que \bar{r} seja o retorno médio por ano de escolaridade entre todos os trabalhadores empregados e \bar{r}^j o retorno médio por ano de escolaridade na família j , a produtividade da família j pode ser reescrita como:

$$\xi^j = s^j \bar{r}^{\left(\frac{\bar{r}^j}{\bar{r}}\right)} \quad (16)$$

onde: $\bar{r}^j = \frac{\xi^j}{s^j}$ e s^j representa a escolaridade *per capita* da família j. Aplicando logaritmos à equação (16), tem-se:

$$\log(\xi^j) = \log(s^j) + \log(\bar{r}) + \log\left(\frac{\bar{r}^j}{\bar{r}}\right) \quad (17)$$

A partir desta equação (17), utilizando as médias das variáveis e tomando as primeiras diferenças, tem-se:

$$\gamma(\xi) = \gamma(s) + \gamma(\bar{r}) \quad (18)$$

Esta equação (18) evidencia que a taxa de crescimento da produtividade média pode ser decomposta em duas taxas de crescimento: a da média de escolaridade e a dos retornos médios por ano de estudo.

As TABELAS 2-5 apresentam uma visão sintética da decomposição da renda do trabalho para o Estado do Ceará comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, de 1995 a 2007, bem como para 1995-2002 e 2002-2007. A investigação também é conduzida para as zonas metropolitanas, urbanas e rurais.

Observa-se, inicialmente pela TABELA 2, que para o período completo, a renda do trabalho no Ceará, teve uma taxa de crescimento anual de 0,97%, índice esse ligeiramente superior ao que foi verificado para a média nacional, que foi de 0,92%, mas menos da metade do desempenho nordestino de 1,94%. Examinando os componentes que contribuíram para esse desempenho, verifica-se que nos casos de Ceará e Nordeste, a *produtividade* foi o principal responsável, com 0,51% e 1,51%, respectivamente. No caso do Brasil, a *força de trabalho*, que representa a razão entre o número de trabalhadores (ocupados ou não) e o número de habitantes, foi o mais influente componente (0,80%).

TABELA 2: Decomposição das Taxas Anuais de Crescimento da Renda do Trabalho per capita

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	-0,21%	-0,18%	-0,23%	0,05%	-0,01%	0,04%	-0,10%	-0,11%	-0,12%
Força de Trabalho	0,19%	0,71%	0,79%	0,82%	0,64%	0,82%	0,46%	0,68%	0,80%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	0,17%	-0,15%	-0,13%	0,00%	-0,14%	-0,01%	0,10%	-0,14%	-0,08%
Produtividade	-0,67%	-0,15%	-0,76%	2,17%	3,84%	1,82%	0,51%	1,51%	0,31%
Anos de Estudo	4,03%	3,16%	2,21%	2,28%	2,46%	1,36%	3,30%	2,87%	1,86%
Retorno por Ano de Estudo	-4,70%	-3,31%	-2,98%	-0,11%	1,38%	0,46%	-2,78%	-1,35%	-1,54%
Redistribuição Retorno por Ano de Estudo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Renda do Trabalho	-0,52%	0,23%	-0,33%	3,05%	4,33%	2,67%	0,97%	1,94%	0,92%

Importante observar ainda que no caso do Ceará e do Nordeste, a *produtividade* foi mais impactada pelos *anos de estudo*, com uma contribuição de 3,3% no primeiro e 2,87% no segundo. No Brasil, essa variável também foi importante (1,86%), mas a queda nos retornos dos anos de estudos contribuiu para amortecer seus ganhos. Desempenho semelhante foi verificado para o Ceará e Nordeste nesse aspecto. Verifica-se também que a *renda do trabalho* teve um desempenho bem mais expressivo no período 2002-2007.

Além do mais, a *produtividade* foi o principal responsável por essa performance, diferentemente do período anterior que foi a *força de trabalho*. Apesar dos *anos de estudos* terem tido uma participação importante entre 1995-2002, a queda expressiva de seus retornos contribuíram novamente para uma produtividade negativa. É importante ressaltar ainda que no segundo período, o Ceará continuou a apresentar retornos negativos para os *anos de estudos*, resultado este divergindo ao verificado no Nordeste e Brasil. As decomposições das taxas anuais de crescimento da renda do trabalho para a zona metropolitana são examinadas na TABELA 3.

TABELA 3: Decomposição das Taxas Anuais de Crescimento da Renda do Trabalho per capita - Áreas Metropolitanas

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	-0,36%	-0,52%	-0,38%	0,20%	0,14%	0,13%	-0,13%	-0,25%	-0,17%
Força de Trabalho	-0,23%	1,31%	1,16%	0,99%	0,49%	0,99%	0,28%	0,96%	1,09%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	0,00%	-0,24%	-0,26%	-0,10%	0,03%	0,04%	-0,04%	-0,13%	-0,13%
Produtividade	-0,67%	-0,40%	-1,64%	0,08%	0,63%	0,57%	-0,36%	0,03%	-0,72%
Anos de Estudo	1,33%	1,65%	1,55%	1,23%	0,86%	0,85%	1,29%	1,32%	1,26%
Retorno por Ano de Estudo	-2,01%	-2,05%	-3,19%	-1,15%	-0,23%	-0,28%	-1,65%	-1,29%	-1,98%
Redistribuição Retorno por Ano de Estudo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Renda do Trabalho	-1,27%	0,15%	-1,12%	1,17%	1,28%	1,73%	-0,25%	0,62%	0,07%

Percebe-se que entre 1995-2007 a renda do trabalho teve um crescimento médio positivo no Brasil e Nordeste, mas negativo no Ceará, motivado principalmente pelo desempenho ocorrido no primeiro período. Apesar dos *anos de estudos* terem apresentados importante crescimento, não foi a *produtividade* o principal componente a impactar a renda do trabalho nas três localidades, mas sim o componente *força de trabalho*. Nas áreas urbanas, TABELA 4, constata-se que entre 1995-2002, a taxa de crescimento da renda salarial foi negativa tanto no Ceará, no Nordeste e no Brasil.

Apesar dos *anos de estudo* nesse período terem contribuído significativamente para um crescimento positivo, os retornos negativos da educação mais que compensaram os possíveis ganhos que se teria. No Ceará, por exemplo, a queda foi de -7,7% ao ano, mais que o dobro da queda verificada no Nordeste e Brasil. Entretanto, no período 2002-2007, houve uma reversão nesses números. A expansão média de 4,2% no Ceará é superior à taxa nacional de 2,98% e próxima do Nordeste, de 4,45%. Ademais, verifica-se que a *produtividade* foi o que mais se destacou, fato motivado tanto pelo aumento dos anos de estudo, como pelo fato do retorno ser positivo.

TABELA 4: Decomposição das Taxas Anuais de Crescimento da Renda do Trabalho per capita - Áreas Urbanas

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	0,04%	-0,09%	-0,16%	-0,08%	0,04%	0,03%	-0,01%	-0,03%	-0,08%
Força de Trabalho	0,94%	0,81%	0,85%	0,37%	0,98%	1,00%	0,71%	0,88%	0,91%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	0,08%	-0,09%	-0,10%	0,09%	-0,22%	0,00%	0,09%	-0,14%	-0,06%
Produtividade	-4,14%	-1,07%	-1,16%	3,81%	3,65%	1,94%	-0,83%	0,90%	0,13%
Anos de Estudo	3,63%	2,34%	1,94%	2,26%	2,02%	1,38%	3,06%	2,21%	1,70%
Retorno por Ano de Estudo	-7,77%	-3,41%	-3,10%	1,56%	1,63%	0,56%	-3,88%	-1,31%	-1,57%
Redistribuição Retorno por Ano de Estudo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Renda do Trabalho	-3,07%	-0,45%	-0,57%	4,20%	4,45%	2,98%	-0,04%	1,59%	0,91%

A TABELA 5 apresenta os resultados para a área rural. Percebe-se que entre 1995 e 2007, no caso do Ceará, a renda do trabalho teve uma expansão superior às taxas nordestinas e brasileiras. Essa expansão é também superior às outras áreas e se deu principalmente pelo componente *produtividade*, com grande destaque positivo para a escolaridade. No entanto, se examinarmos o que ocorreu entre 2002-2007, o desempenho do Ceará foi inferior ao Nordeste e Brasil, mas como no primeiro período o desempenho foi significativo, a média no Ceará foi superior em todo o período.

TABELA 5: Decomposição das Taxas Anuais de Crescimento da Renda do Trabalho per capita - Áreas Rurais

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	-0,16%	-0,04%	-0,05%	0,12%	-0,08%	-0,09%	-0,04%	-0,06%	-0,07%
Força de Trabalho	0,23%	0,44%	0,37%	1,08%	0,14%	-0,09%	0,58%	0,31%	0,18%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	0,13%	-0,30%	-0,19%	-0,09%	-0,27%	-0,20%	0,04%	-0,29%	-0,20%
Produtividade	0,38%	-2,14%	-0,89%	3,80%	6,24%	6,55%	1,80%	1,35%	2,21%
Anos de Estudo	10,29%	4,66%	3,04%	4,81%	4,74%	3,41%	8,01%	4,69%	3,20%
Retorno por Ano de Estudo	-9,91%	-6,79%	-3,93%	-1,01%	1,50%	3,13%	-6,20%	-3,34%	-0,98%
Redistribuição Retorno por Ano de Estudo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Renda do Trabalho	0,58%	-2,04%	-0,76%	4,91%	6,03%	6,17%	2,38%	1,32%	2,13%

De uma forma geral, podemos afirmar que os componentes *produtividade* e *força de trabalho* foram os principais responsáveis pela expansão da renda do trabalho, com destaque para o primeiro componente no caso do Nordeste e Brasil. Por sua vez, no componente da *produtividade*, os *anos de estudo* tiveram posição de destaque. É oportuno verificar também que no caso do Ceará, a *produtividade* só não teve mais destaque devido à queda verificada nos retornos da educação.

4. A DECOMPOSIÇÃO DO BEM-ESTAR DA RENDA DO TRABALHO PER CAPITA

Segundo Kakwani, Neri e Son (2006), a relação entre crescimento econômico e variações na distribuição de renda pode ser realizada também por uma função de bem-estar social que atribua maior peso às utilidades dos indivíduos pobres, relativamente às utilidades dos não-pobres. Supondo que u represente uma função utilidade da renda do trabalho *per capita* x , e que u seja crescente e côncava ($u'(x) > 0$ e $u''(x) < 0$), é possível definir uma classe geral de função de bem-estar social como:

$$W = \int_0^{\infty} u(x)w(x)f(x)dx \quad (19)$$

onde: $w(x)$ representa o peso dado à utilidade do indivíduo com renda x .

A função de bem-estar social deve ser invariável a uma transformação linear positiva da função utilidade, e, para isso, pode-se, a partir de Atkinson (1970), utilizar o conceito do nível igualmente distribuído de renda e obter uma função de bem-estar social a partir de (19) dada por:

$$W = u(x^*) = \int_0^{\infty} u(x)w(x)f(x)dx \quad (20)$$

onde: x^* representa o nível igualmente distribuído de renda. Para a definição da função de bem-estar social em (20), é necessário ainda especificar apropriadamente as formas de $u(x)$ e $w(x)$. Utiliza-se $u(x) = \log(x)$, por satisfazer as condições de uma função utilidade e por ser decomponível aditivamente. Com relação à função $w(x)$, que pondera as rendas dos indivíduos, ela deve capturar a privação em termos de renda. A normalização dos pesos para a unidade também deve ser requerida, o que implica que:

$$\int_0^{\infty} w(x)f(x)dx = 1 \quad (21)$$

Uma forma de se obter a privação relativa de um determinado indivíduo é assumir que essa privação depende do número de pessoas vivendo em melhor situação que ele na sociedade, em termos de renda. Então, pode-se propor que:

$$w(x) = 2[1 - F(x)] \quad (22)$$

Dessa forma, substituindo-se $u(x) = \log(x)$ e $w(x) = 2[1 - F(x)]$ na equação (21), tem-se a função de bem-estar social dada por:

$$\log(x^*) = 2 \int_0^{\infty} [1 - F(x)] \log(x) f(x) dx \quad (23)$$

Para computarmos a função de bem-estar social definida em (23) utilizando micro dados da PNAD, utilizamos um estimador não-viesado de $F(x)$ para cada família i no ano t , dado por:

$$p_{it} = \sum_{j=1}^i f_{jt} - f_{it} / 2 \quad (24)$$

Nesse caso, as famílias são ordenadas pelas suas rendas de todos os trabalhos *per capita*, de forma ascendente. Substituindo-se (24) em (23), obtém-se o estimador de bem-estar social:

$$x_t^* : \log(x_t^*) = 2 \sum_{j=1}^i f_{it} (1 - p_{it}) \log x_{it} \quad (25)$$

Podemos ainda reescrever a equação (25) em termos das taxas de crescimento da renda média e da desigualdade:

$$\log(x^*) = \log(\mu) - \log(I) \quad (26)$$

onde I é uma medida de desigualdade tal que:

$$\log(I) = 2 \sum_{j=1}^i [1 - p_{ij}] [\log(\mu) - \log(x_{ij})] f_{ij} \quad (27)$$

Tomando a equação (8) em termos de primeiras diferenças, temos:

$$\gamma^* = \gamma - g \quad (28)$$

onde: $\gamma^* = \Delta \log(x^*)$ é a taxa de crescimento do bem-estar social, $\gamma = \Delta \log(\mu)$ é a taxa de crescimento da renda média e $g = \Delta \log(I)$ é a taxa de crescimento da desigualdade. Assim, a equação (27) descreve um padrão de crescimento pró-pobre. De fato, diz-se que há crescimento pró-pobre quando há ganhos de bem-estar, ou seja, quando $g < 0$, ou $\gamma^* > \gamma$. Por esta razão, podemos interpretar g como sendo a taxa de ganhos (g negativa) ou perdas (g positiva) de bem-estar do crescimento da renda do trabalho.

TABELA 6: Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-) do Bem-Estar Social da Renda do Trabalho per capita

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	0,00%	-0,02%	-0,09%	-0,15%	-0,05%	-0,07%	-0,06%	-0,03%	-0,08%
Força de Trabalho	-0,21%	-0,27%	-0,26%	-0,32%	0,06%	-0,02%	-0,26%	-0,13%	-0,16%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	0,01%	-0,10%	-0,07%	-0,12%	-0,16%	-0,14%	-0,04%	-0,13%	-0,10%
Produtividade	0,11%	0,04%	0,91%	0,48%	0,27%	1,93%	0,26%	0,14%	1,33%
Anos de Estudo	6,45%	3,83%	2,48%	3,00%	3,17%	2,09%	5,01%	3,56%	2,32%
Retorno por Ano de Estudo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Redistribuição Retorno por Ano de Estudo	-6,35%	-3,79%	-1,57%	-2,52%	-2,90%	-0,16%	-4,75%	-3,42%	-0,98%
Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-)	-0,08%	-0,34%	0,50%	-0,11%	0,13%	1,70%	-0,09%	-0,15%	1,00%

Para se realizar a decomposição do bem-estar da renda do trabalho, é preciso apenas substituir a equação (13) em (24) e, assim, obter a contribuição de cada característica do mercado de trabalho. As perdas e ganhos de bem-estar social decorrentes de cada componente da renda do trabalho são apresentados nas TABELAS 6-9. Verifica-se que para o período completo, 1995-2007, há uma perda de bem-estar no Ceará e Nordeste, assim como nas suas zonas urbanas e rurais. No Brasil, o ganho de bem-estar só não ocorreu na zona rural.

TABELA 7: Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-) do Bem-Estar da Renda do Trabalho per capita - Áreas Metropolitanas

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	-0,10%	-0,23%	-0,23%	-0,24%	-0,07%	-0,08%	-0,15%	-0,17%	-0,17%
Força de Trabalho	0,59%	0,36%	0,04%	-0,03%	0,24%	0,43%	0,33%	0,31%	0,20%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	-0,15%	-0,15%	-0,15%	-0,20%	-0,09%	-0,17%	-0,17%	-0,13%	-0,16%
Produtividade	-0,19%	-0,75%	-0,26%	2,39%	2,36%	1,20%	0,88%	0,55%	0,35%
<i>Anos de Estudo</i>	2,85%	1,97%	1,05%	1,69%	1,74%	1,30%	2,37%	1,87%	1,15%
<i>Retorno por Ano de Estudo</i>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<i>Redistribuição Retorno por Ano de Estudo</i>	-3,05%	-2,73%	-1,30%	0,70%	0,63%	-0,09%	-1,49%	-1,33%	-0,80%
Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-)	0,15%	-0,78%	-0,60%	1,93%	2,44%	1,38%	0,89%	0,56%	0,22%

De uma forma geral, pode ser verificado que os ganhos verificados de bem-estar são motivados principalmente pelos *anos de estudos*, que em todas as entradas aparece positivo. O impacto desse componente só não é mais importante no ganho de bem-estar, na medida em que a *redistribuição do retorno* tem se mostrado fortemente negativo e desta forma amortecido seus efeitos.

TABELA 8: Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-) do Bem-Estar Social da Renda do Trabalho per capita - Áreas Urbanas

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	0,04%	-0,03%	-0,07%	-0,03%	-0,01%	-0,04%	0,01%	-0,02%	-0,06%
Força de Trabalho	-0,64%	-0,33%	-0,22%	0,16%	0,32%	0,11%	-0,31%	-0,06%	-0,08%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	0,01%	-0,14%	-0,06%	-0,39%	-0,13%	-0,11%	-0,16%	-0,14%	-0,08%
Produtividade	1,25%	-0,04%	0,43%	-3,79%	-0,45%	1,51%	-0,85%	-0,21%	0,88%
<i>Anos de Estudo</i>	5,49%	3,01%	1,75%	3,00%	2,40%	1,66%	4,45%	2,76%	1,71%
<i>Retorno por Ano de Estudo</i>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<i>Redistribuição Retorno por Ano de Estudo</i>	-4,24%	-3,04%	-1,32%	-6,79%	-2,86%	-0,14%	-5,31%	-2,96%	-0,83%
Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-)	0,66%	-0,53%	0,08%	-4,06%	-0,27%	1,47%	-1,31%	-0,42%	0,66%

Nos períodos menores, verifica-se que o Ceará tem perda de bem-estar em ambos. No caso de 1995-2002 essa perda é verificada tanto na área metropolitana, como nas zonas urbanas e rurais. Já entre 2002-2007, as perdas são motivadas nas áreas urbanas e rurais, já que na região metropolitana há ganho de bem-estar. Já no Nordeste, a perda ocorre apenas no primeiro período tanto na região como um todo como nas áreas metropolitanas e urbanas. No Brasil, a perda de bem-estar somente ocorre nas regiões metropolitanas e rurais entre 1995-2002, e apenas nas zonas rurais no segundo período.

TABELA 9: Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-) do Bem-Estar Social da Renda do Trabalho per capita - Áreas Rurais

Componentes	1995-2002			2002-2007			1995-2007		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Emprego	0,06%	0,00%	-0,01%	-0,08%	0,02%	-0,02%	0,00%	0,01%	-0,02%
Força de Trabalho	0,16%	0,06%	0,02%	-0,95%	-0,02%	-0,40%	-0,31%	0,03%	-0,15%
Horas de Trabalho por Pessoa Empregada	-0,03%	-0,02%	-0,05%	0,26%	-0,17%	-0,09%	0,09%	-0,08%	-0,07%
Produtividade	-4,18%	1,02%	0,24%	-1,43%	-3,14%	-0,64%	-3,04%	-0,71%	-0,12%
<i>Anos de Estudo</i>	2,61%	3,27%	3,16%	1,27%	2,07%	2,31%	2,05%	2,77%	2,81%
<i>Retorno por Ano de Estudo</i>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<i>Redistribuição Retorno por Ano de Estudo</i>	-6,79%	-2,25%	-2,92%	-2,71%	-5,21%	-2,95%	-5,09%	-3,48%	-2,93%
Taxas Anuais de Ganhos(+) / Perdas(-)	-3,99%	1,06%	0,21%	-2,21%	-3,30%	-1,15%	-3,25%	-0,76%	-0,36%

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo as metodologias utilizadas, o crescimento econômico da renda do trabalho verificado no Ceará e no Brasil no período pós Plano Real pode ser identificado como “pró-pobre”, e como não “pró-pobre” na Região Nordeste. A expansão da renda do trabalho na área rural contribuiu significativamente para esse resultado, sendo que esse aumento foi decorrente principalmente dos ganhos de produtividade advindos do aumento da escolaridade. No entanto, esse efeito foi em grande parte neutralizado pela queda dos retornos da educação. Apesar desse fenômeno ter ocorrido também no Nordeste e no país, ele se deu com mais intensidade no Ceará.

Por outro lado, esses movimentos não se traduziram em ganhos de bem-estar no Estado como um todo. Isso significa que apesar da renda média do trabalho ter crescido e de ter havido redução da pobreza e queda da desigualdade, e mesmo dando mais peso ao bem-estar dos mais pobres vis-à-vis os não-pobres, o ganho relativo não foi em direção aos indivíduos de menor renda. Nesse contexto, mesmo tendo novamente os anos de estudo como um potencial aliado no aumento do bem-estar, a redistribuição negativa dos retornos mais que compensou os possíveis ganhos provenientes da educação. Como esse fato é menos intenso na região metropolitana quando comparada às outras áreas, pode-se intuir que o ambiente econômico seja um importante coadjuvante desse processo. Ademais, não se devem negligenciar também como possíveis explicações a qualidade da educação praticada e a distribuição desigual da escolaridade entre os componentes das famílias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bhagwati, J.N. (1988) “Poverty and Public Policy”, *World Development Report*, Vol. 16 (5), 539-654
- Barros, Ricardo Paes, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosana Mendonça. (2007): A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil. Em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. Cap.2. Vol.1. IPEA. Brasília.
- Bourguignon, F. (2003): “The Growth Elasticity of Poverty Reduction; Explaining Heterogeneity across Countries and Time Periods” in T. Eicher and S. Turnovsky, eds. *Inequality and growth. Theory and Policy Implications*. Cambridge: The MIT Press.
- Kakwani, N; Neri, M e Son, H (2006). “Linkages between Growth, Poverty and the Labour Market”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Ensaio Econômico, nº 634.
- Kakwani, N; Khandker, S; Son, H (2004). “Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies, Brasília, International Poverty Center/Pnud, Working Paper, Nº 1.
- Lopez, H. (2004). “Pro-Poor-Growth: A Review of What We Know (and of What We Don’T). Mimeo. The World Bank.2004
- Lopez, H. and L. Serven (2004): “The Mechanics of Growth-Poverty-Inequality Relationship”, Mimeo, The World Bank.
- Mossi, M. B; Aroca, P., Fernandez, I. J. (2003): “Growth Dynamics and Space in Brazil”. *International Regional Science Review*, v. 26, n. 3, p. 393-418, jul.
- Néri, Marcelo C. (2006): Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social. Em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. Cap.3. Vol.1. IPEA. Brasília.
- Schultz, T. Paul. (1998) “Inequality in the Distribution of Personal Income in the World: How Is It Changing and Why?” *Journal of Population Economics* Vol.11, Nº 3 ,June: 307-344.
- Son, H. and Kakwany and H (2003): “Poverty Reduction: Do Initials Conditions Matter ? Mimeo, The World Bank.

Ensaio Anteriores:

- Ensaio 1: Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade de Renda: o que Sabemos Sobre Eles?
- Ensaio 2: Medidas de Pobreza e Desigualdade: Uma Análise Teórica dos Principais Índices.
- Ensaio 3: Discriminação Como Fonte de Desigualdade de Rendimentos no Mercado de Trabalho das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.
- Ensaio 4: Crescimento Econômico, Concentração de Renda e seus Efeitos sobre o Nível de Pobreza dos Estados Brasileiros.
- Ensaio 5: Income Inequality and Barriers to Human Capital Accumulation in Brazil.
- Ensaio 6: O Desequilíbrio Regional Brasileiro: Novas Perspectivas a partir das Fontes de Crescimento "Pró-Pobre".
- Ensaio 7: Crescimento Pró-Pobre: Diferenças de Intensidade Entre Rural e Urbano no Período 2002-2005.
- Ensaio 8: Desigualdade de Renda no Nordeste Brasileiro: Uma Análise de Decomposição.
- Ensaio 9: Uma Análise Econométrica do Impacto dos Gastos Públicos Sobre a Criminalidade no Brasil.
- Ensaio 10: Novas Evidências para as Taxas de Pobreza no Brasil.
- Ensaio 11: Determinantes Recentes da Desigualdade Salarial no Nordeste do Brasil.
- Ensaio 12: Renda Básica da Cidadania ou Imposto de Renda Negativo: Qual o Mais Eficiente no Combate a Pobreza?
- Ensaio 13: Os Programas de Transferências de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil?
- Ensaio 14: Saindo da Pobreza com Microcrédito. Condicionantes e Tempo de Ascensão: O Caso dos Clientes do Crediamigo.
- Ensaio 15: Foi o Crescimento Econômico Pós-Plano Real a Favor dos Mais Pobres? Evidências para as Regiões Brasileiras a Partir dos Ganhos de Produtividade no Mercado de trabalho.

- Ensaio 16: O que Mais Importa no Combate a Pobreza, Crescimento da Renda ou Redução da Desigualdade? Evidências para as Regiões Brasileiras

Obs: Todos os Ensaaios Sobre Pobreza se encontram disponíveis no site:
www.lepcaen.com.br